



**RESOLUÇÃO Nº 22, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre a criação do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra nos Câmpus de Arraias e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 17 de outubro de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Referendar a aprovação da criação do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra nos Câmpus de Arraias e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins., conforme Projeto, anexo único a esta Resolução.

**Parágrafo único.** A aprovação mencionada no *caput* deste artigo ocorreu por meio da Certidão *Ad Referendum* nº 006/2017 – Consepe, de 28 de agosto de 2017.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO  
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

## **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO ESCOLA DA TERRA**

Anexo único da Resolução nº 22/2017 – Consepe  
Referendada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 17 de outubro de 2017.

**PALMAS, TO  
2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 22/2017 – CONSEPE

**PROJETO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO– Oferta 2017-2018**

<b>I. IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>I.1. Instituição:</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
<b>I.2. CNPJ:</b>	05.149.726/0001-04
<b>I.3. Endereço:</b>	Avenida NS 15 ALCNO 14, Palmas – TO.
<b>I.4. Contatos:</b>	(63) 3232 8012 – reitoria@uft.edu.br
<b>I.5. Curso:</b>	ESCOLA DA TERRA
<b>I.6. Nível:</b>	APERFEIÇOAMENTO
<b>I.7. Modalidade:</b>	PRESENCIAL
<b>I.8. Carga Horária:</b>	Total: 180 horas
	Presencial: (tempo-escola): 112 h/a
	Tempo-comunidade: 68 h/a
<b>I.9. Meta Física:</b>	200 beneficiados
<b>I.10. Custeio:</b>	R\$ 155.025,00
<b>I.11. Locais de Realização:</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS TOCANTINÓPOLIS
	Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro, Tocantinópolis – TO
	(63) 3471 6020
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS ARRAIAS
	Av. Universitária s/n.
	(63) 3653 1531,
<b>I.12. Início:</b>	(01/07/2017)
<b>I.13. Término:</b>	(11/12/2018)
<b>I.14. Coordenador do Curso:</b>	MACIEL COVER – CPF: 001.797.130-60
	PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
	(63) 99916 4466
<b>I.15. Coordenador do Comitê Institucional:</b>	LUIS EDUARDO BOVOLATO
<b>I.16. Pró-Reitoria Responsável:</b>	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PROPESQ
<b>I.17. Informações Sobre a Oferta</b>	OFERTA DE VAGAS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA EM CURSO DE APERFEIÇOAMENTO 2017-2018 PARA PROFESSORES DE ESCOLAS RURAIS/QUILOMBOLAS

## II. JUSTIFICATIVA

O contexto em que se insere o estado do Tocantins, região Norte do Brasil, apresenta uma população bastante heterogênea e que agrupa uma variedade de povos residentes em áreas rurais, nomeadamente: indígenas<sup>1</sup>, remanescentes de quilombos<sup>2</sup>, trabalhadores assalariados, populações ribeirinhas e/ou outros sujeitos que produzem e reproduzem, tanto na terra quanto nas águas, as condições materiais de sua existência.

Quadro: Distribuição da população brasileira – urbana e rural, por regiões

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2010 Urbana	% da população Urbana	2010 Rural	% da população Rural	Total	% total Da população
BRASIL	160.925.792	84,35	29.830.007	15,65	190.755.799	100
Região Norte	11.664.509	73,4	4.199.945	26,6	15.864.454	8,3
Região Nordeste	38.821.246	77,13	14.260.704	26,87	53.081.950	27,9
Região Sudeste	74.696.178	92,95	5.668.232	7,05	80.364.410	42,0
Região Sul	23.260.896	84,93	4.125.995	15,07	27.386.891	14,4
Região Centro-Oeste	12.482.963	88,8	1.575.131	11,2	14.058.094	7,4

Fonte: Sinopses estatísticas do IBGE, Censo 2010.

Como se nota, as regiões Nordeste e Norte, respectivamente, detêm os percentuais mais altos em relação ao quantitativo de população residente no campo<sup>3</sup>, o que as tornam *locus* de constante necessidade de políticas e ações que tenham como objetivo a promoção da equidade social, igualdade de condições de acesso ao trabalho, à saúde, à moradia, à segurança e à educação, com vistas a garantir a inclusão social de populações que, por anos, figuraram como protagonistas nas estatísticas da miséria e da pobreza no Brasil.

Dessa forma, levando em consideração a realidade supracitada, o presente projeto, que visa a implantação da Escola da Terra, se justifica e se direciona a uma das esferas de ação do Estado na reversão do quadro apresentado: a educação. Mais especificamente, se direciona ao estado do Tocantins. A pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (PRONERA-

<sup>1</sup> De acordo com dados oficiais do estado do Tocantins, há presença de aproximadamente seis etnias, a saber: Xerente, Karajá, Javaé, Xambioá, Apinayé, Krahô. Disponível em: <http://www.palmas.org/tocantinsindios.htm>

<sup>2</sup> Em 2016, o estado do Tocantins contava com 38 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares (órgão responsável para, mediante processo específico, reconhecer a legitimidade e seus desdobramentos, como a posse da terra, de comunidades que são remanescentes de quilombo) como terras remanescentes de quilombos, sendo 4 pertencentes ao município de Paranã (Comunidades do Kalunga Mimoso-Kalungas do Albino, Claro, Prata, e Ouro Fino) Dados disponíveis em: <http://to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/comunidades-quilombolas/>. Acesso em 20/05/2017 e <http://central3.to.gov.br/arquivo/211362/>. Acesso em 10/05/2016.

<sup>3</sup> De acordo com Veiga (2005) “Infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes”.

TO) em 2010, nos projetos de assentamentos, constatou-se que dos 100% dos assentados/as, 44% tinham 18 anos, sendo que destes 12,3% frequentavam a escola, 87,7% estavam fora da escola e 21,18% tinham escolaridade do 5º até ao 9º ano e apenas 7,6% concluíram o ensino médio.

Nesse sentido o índice de escolaridade no Estado do Tocantins é baixo, e as políticas públicas educacionais ocorriam de forma descontinuada e, muitas vezes, não atendiam a perspectiva dos jovens camponeses e quilombolas, por não considerar o lugar, a cultura e a forma de produção do campo e do espaço onde vivem como elementos essenciais à educação. Estes índices apontam o Tocantins como um estado com uma série de desafios a serem enfrentados no que se refere à alfabetização, escolarização e, por conseguinte, à demanda de formação continuada de professores que atuam nas redes municipais e estadual de ensino.

De acordo com as sinopses estatísticas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, (consolidadas em 2013), dos 1.072 estabelecimentos de Educação Básica municipais do estado em questão, mais da metade, ou seja, 577, estavam situados em áreas rurais. Este dado reflete a necessidade de planejamento e execução de políticas e ações para a Educação do Campo. A expressão “Educação do Campo” refere-se ao campo como espaço de possibilidades e de produção da vida em seus variados aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos e de resistência dos camponeses, que lutam para terem acesso e permanecerem na terra. A Educação do Campo<sup>4</sup> foi envolvendo em seu processo diferentes sujeitos. Por definição, é realizada em constante diálogo com os sujeitos organizados do campo e que incorporam uma diversidade deles: comunidades negras rurais quilombolas, boias-frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, dentre outros. Nesse sentido, uma educação voltada aos povos do campo, que transforme a realidade desses povos, requer a formação de professores/educadores<sup>5</sup> para dialogarem com esses sujeitos sociais ligados ao campo.

A situação das escolas do campo no Tocantins é caracterizada, do ponto de vista pedagógico, com a presença de classes multisseriadas (onde há, em uma mesma sala, a coexistência de

---

<sup>4</sup> O presente projeto vai ao encontro da análise de Souza (2006, p. 51), quando pontua que “[...] o sentido de Educação do Campo aparecerá quando estiver em destaque a ação dos movimentos sociais e as parcerias em desenvolvimento nesse início de século, oriundas da dinâmica social do campo no final do século XX. É um conceito configurado a partir da ação dos movimentos sociais do campo destacando os aspectos da identidade e da cultura. Na atualidade, o campo aparece nas propostas educacionais dos movimentos sociais com a ideia de valorização do trabalhador que atua no campo, que possui laços culturais e valores relacionados à vida na terra”.

<sup>5</sup> Entende-se neste projeto, de acordo com a visão de Caldart (1997, p. 180), que “Uma das lições da nossa prática é a de que a transformação da escola não acontece sem a constituição de coletivos de educadores. Um educador ou educadora que trabalhe sozinho/a, jamais conseguirá realizar esta proposta de educação, até porque isso seria incoerente com o processo coletivo que a vem formulando. São precisos coletivos para pensar a continuidade da luta por escolas em condições adequadas, para organizar a Equipe de Educação do assentamento ou acampamento, para planejar formas de implementação das mudanças no currículo, para refletir sobre o processo pedagógico, para estudar, para planejar e avaliar as aulas, para continuar sonhando e recriando esta proposta. Em cada local o desafio é o de encontrar a melhor forma de constituir e fazer funcionar estes coletivos”.

variados anos/séries de ensino sob a responsabilidade de um único professor). As escolas multisseriadas<sup>6</sup> têm sido, via de regra, encaradas como estabelecimentos com dificuldades no que se refere não só ao espaço físico, mas às condições pedagógicas de trabalho com a diversidade de níveis de aprendizagem com a qual há poucos professores para lidarem. Essa constatação faz com que haja uma rotatividade de professores considerável.

Já do ponto de vista de composição social, as escolas no campo no extenso estado do Tocantins abarcam experiências de escolas em territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades ribeirinhas, acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, o que justificam as intensas ações da Universidade Federal do Tocantins com esses povos. A Universidade Federal do Tocantins-UFT está presente, nesse cenário, com uma estrutura multicampi, possuindo 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis).

Quanto às ações da UFT em relação à Educação do Campo, destaca-se, desde 2009, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, que vem articulando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão na área. Tal grupo concorreu junto à CAPES/MEC – *Observatório da Educação do Campo* com o projeto intitulado: “*A Educação do Campo em foco: uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais no Sudoeste do Tocantins*”, que foi aprovado em 2010 e desenvolveu pesquisas que possibilitam conhecer e intervir nas reais condições do ensino das escolas do campo no sudoeste do Estado do Tocantins.

Em 2012, no dia 20 de março lançado o *Programa Nacional de Educação do Campo* (PRONACAMPO) que tem por objetivo oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de Educação do Campo. Na esteira dessas ações, já em 2012, no eixo Formação de Professores, é lançado o Edital Conjunto 02 SESU/SETEC/SECADI/MEC que visou implantar cursos de Licenciatura em Educação do Campo. A UFT aprovou dois cursos para o Tocantins, nos municípios de Arraias e Tocantinópolis. As inscrições no vestibular para preenchimento das 240 vagas ofertadas registraram um total que ultrapassou 1.200 inscritos, demonstrando a demanda na área de formação em Educação do Campo.

Em 2014/2016, houve a formação em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, intitulada Pós-Graduação em Educação do Campo: Práticas Pedagógicas, às comunidades rurais da região Sudeste do Tocantins, capacitando 65 profissionais de educação de escolas do campo e quilombolas, professores e gestores (supervisores, coordenadores pedagógicos e diretores). As pesquisas resultantes dos Trabalhos de Conclusão deste curso deram origem ao livro “*Educação do Campo e Pesquisa: Políticas, Práticas e Saberes em Questão*”.

---

<sup>6</sup> Cf. Antunes-Rocha & Hage (2010).

Neste momento (2017), a implantação da Escola da Terra como uma das ações do PRONACAMPO, ação instituída pela Portaria 579 de 12 de julho de 2013, é de importância fundamental para o prosseguimento do trabalho/inserção da UFT junto às comunidades rurais e quilombolas e se dará em estreita observância aos dispositivos legais das resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE, Câmara de Educação Básica – CEB, a saber: a de Nº 01, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, a de Nº 02 de 28 de abril de 2008, que institui as Diretrizes Operacionais Complementares para as Escolas do Campo e a de Nº 8 de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e ao Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

A oferta de Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo – Escola da Terra, vigorará como ação de formação continuada, sob a responsabilidade da UFT e se destinará a professores em exercício em escolas do campo e quilombolas, dando continuidade às ações da SECADI/MEC em colaboração com estados e municípios, para capacitar 200 professores no estado do Tocantins.

Ou seja, é fundamental para na busca pela garantia de educação de qualidade na rede pública de ensino, condizente com uma organização curricular que respeite as especificidades do campo e o reconhecimento de que um profissional de ensino em constante formação é peça fundamental na construção de um projeto educacional para as escolas do campo.

### **III. OBJETIVOS:**

#### **Geral:**

Promover a formação continuada específica de 200 professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas pela oferta de recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas do estado do Tocantins

#### **Específicos:**

- Ofertar curso de aperfeiçoamento de 180 horas, em regime de alternância pedagógica, a 200 cursistas (professores) da rede estadual e municipal de classes multisseriadas no campo e/ou quilombolas do Estado do Tocantins;
- Delimitar problemáticas significativas da metodologia do ensino nas classes multisseriadas no campo e/ou quilombolas e apresentar proposições ao trabalho docente e à aprendizagem dos alunos;
- Contribuir para o fortalecimento da escola do campo como espaço de

apropriação do conhecimento historicamente produzido;

- Promover o desenvolvimento técnico e político para a gestão, planejamento, execução e avaliação de processos pedagógicos próprios para a Educação do Campo;
- Promover a formação docente crítica, com visão ampliada de mundo, da sociedade brasileira, dos processos sociais contemporâneos e a compreensão do campo, com sua história, seus valores, sua cultura, seus saberes, sujeitos e determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos;
- Contribuir para o desenvolvimento de experiências pedagógicas voltadas para a produção de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo;
- Sistematizar e produzir materiais didáticos para e com as escolas do campo, que possibilitem o apoio pedagógico às atividades docentes, facilitando aos educandos o acesso ao conhecimento sistematizado.
- Aprimorar a abordagem de artes nas escolas do campo e quilombolas do estado de Tocantins.
- Contribuir na sistematização das experiências de agroecologia nas comunidades ribeirinhas e tradicionais, para serem trabalhadas em sala de aula.

#### **IV. BENEFICIARIOS**

O curso se destina a 200 cursistas, professores da Educação Básica das redes municipal e estadual que atuam em classes multisseriadas no campo, Escolas Famílias Agrícolas e em escolas quilombolas voltadas para o ensino fundamental em vários municípios tocaninenses.

Poderão participar os professores da Educação Básica cujos municípios assentirem à ação Escola da Terra pelo Termo de Adesão do Ministério da Educação.

#### **V. DESENVOLVIMENTO**

##### **Metodologia**

Na definição de uma estratégia metodológica para pôr em prática e viabilizar as ações da Escola da Terra, foi importante considerar que o Tocantins é um estado muito vasto, com como área total de 277.620,91 km<sup>2</sup>, apresentando baixa densidade demográfica, de 5,52 habitantes por km<sup>2</sup> conforme



estimativa<sup>7</sup> do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de 2016. Trata-se de uma dos menores índices do país. Nesse sentido, foi importante estabelecer pólos (comunidades integradoras, experiência já implantada e bem-sucedida na UFT na Educação do Campo). Esta estratégia possibilita contenção de gastos com deslocamento dos estudantes e melhora as possibilidades de socialização, pelo número maior de cursistas presentes nas formações.

Assim, o Projeto Escola de Terra será oferecido à cerca de 20 municípios agrupados nos seguintes pólos/comunidades Integradoras: *Esperantina, Tocantinópolis, Porto Nacional, São Salvador, Arraias, Taguatinga e Dianópolis*. As razões para que estas cidades se configurem como pólos/comunidades integradoras se justificam pela possibilidade de maior acesso aos cursistas e professores formadores, tendo em vista que os *campi* da UFT dos municípios de Arraias e Tocantinópolis distam mais de 700km um do outro. Acrescente-se que há estruturas nestas cidades que otimizarão a realização de atividades, como Escolas Famílias Agrícolas, Campus da UFT, participação dos movimentos sociais.

O percurso formativo é constituído de 6 (seis) módulos. A implementação dos módulos de formação configurará a carga horária total de 180 horas, organizadas em períodos formativos complementares e inter-relacionados, na perspectiva da Alternância Pedagógica, denominados:

- Tempo-universidade, que se constitui em encontros presenciais executados pela UFT, com exigência de frequência ao curso, ministrado em carga horária de 112 horas;
- Tempo escola-comunidade que são períodos formativos, realizados em serviço e acompanhados pelos tutores, com carga horária de 68 horas.

Serão, nesta perspectiva, 112h correspondentes ao Tempo-Universidade (T.U), que serão realizadas nos Campus da UFT e nos pólos/comunidades integradoras e 68h de Tempo-comunidade (T.C), onde serão realizados acompanhamentos pedagógicos e orientações realizadas pela Equipe pedagógica e pelos tutores. Tais acompanhamentos pedagógicos têm como matriz, elementos contidos no **Parecer n. 01/2006**, que *Analisa dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)*, tais como: visitas de estudos, cadernos de síntese da realidade, intervenções externas como debates palestras e acompanhamentos de leituras.

Os tutores são os assessores pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento pedagógico do professor cursista nos tempos universidade/comunidade, assim como pela observância às orientações para a articulação entre a proposta pedagógica e a prática operacionalizada pelos docentes.

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis em <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 20/05/2017.

Complementarão a metodologia das formações presenciais: aulas expositivas dialogadas, rodas de conversa e experiências de vida, trabalhos com kits fornecidos pelo MEC, produção/desenvolvimento de materiais pedagógicos para o trabalho em salas multisseriadas e/ou quilombolas.

### **Procedimentos de Avaliação**

O processo avaliativo será contínuo e permanente. Somando-se a isso, a avaliação ocorrerá através de acompanhamento tutorial, considerando a utilização do material produzido e desenvolvido nos módulos, como também os kits desenvolvidos, fornecido e desenvolvidos pelo MEC e em observância aos seguintes aspectos:

#### **a - da Formação**

O acompanhamento pedagógico e gestão da formação continuada serão realizados pela equipe da UFT com participação dos Tutores das redes municipais e estadual que forem selecionados, com vistas à:

- sistematização, acompanhamento e orientações para a articulação entre a proposta de formação da Escola da Terra e a prática operacionalizada pelos tutores nos municípios de sua abrangência e mensalmente,
- produção e validação de relatórios dos tutores, da sua área de abrangência, que serão homologados pelo Gestor Nacional, de acordo com calendário previamente estabelecido, a serem encaminhados por meio do sistema de gestão e monitoramento da Escola da Terra. Os relatórios mensais sistematizados dos tutores (assessores pedagógicos) da rede municipal e estadual.

#### **b - da Ação Escola da Terra**

- visitas de acompanhamento pedagógico às escolas do campo e quilombolas participantes, realizadas pelo menos uma vez ao mês pelos tutores responsáveis pela assessoria pedagógica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos professores junto às turmas, a evolução da aprendizagem dos estudantes, o uso dos materiais, bem como para contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino articuladas com os conhecimentos adquiridos no tempo-universidade. Acrescente-se que esta atividade será

acompanhada/supervisionada pelos Professores Formadores de acordo com a organização da UFT.

- produção de relatório mensal de acompanhamento pedagógico referente a cada uma das turmas da Escola da Terra, de acordo com as orientações oferecido pelo Ministério da Educação. O relatório de acompanhamento será elaborado pelo tutor responsável pela assessoria pedagógica da rede estadual, distrital e municipal da escola do campo ou escola quilombola e encaminhado ao coordenador estadual e/ou distrital, que fará a sistematização e consolidação e enviará, posteriormente, à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

- a Equipe de Formação Pedagógica, também, acompanhará o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos cursistas, tanto no Tempo-Universidade quanto no Tempo comunidade e emitirá relatórios nos quais forneça dados sobre desafios e estratégias para o melhor desenvolvimento dos alunos cursistas e do curso. Tais relatórios possibilitarão melhores índices e metas a serem alcançadas.

#### c – dos Cursistas

- Os cursistas serão avaliados conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE de N. 09/2010, que dispõe sobre Pós-Graduação e Aperfeiçoamento no âmbito da UFT de acordo com os seguintes parâmetros: 75% de frequência mínima da carga horária total de cada módulo (art. 20).

- Serão utilizadas, também, avaliações dos materiais produzidos pelos cursistas, bem como suas participações nos módulos, seja no Tempo-Universidade, seja no Tempo-Comunidade.

- A avaliação possui caráter formativo. Dessa forma, ela é processual, contínua e dinâmica e será realizada, tanto pela equipe de professores formadores, quanto pelos tutores.

- Tendo cursado satisfatoriamente e satisfazendo o que prevê a RES-CONSEPE de N. 09/2010, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação emitirá o certificado, o qual será assinado pelo Diretor de Pesquisa e pelo Coordenador do Curso.

#### **Estrutura Curricular dos Módulos**

As atividades dos módulos formativos serão perpassadas por conteúdos transversais de ética, Agroecologia, relações étnico-raciais, direitos humanos, violência no contexto campestre/quilombola, luta pelo direito e produção na terra.

A Estrutura Curricular básica, de todo o Projeto, se expressará da seguinte forma:

MÓDULO	CONTEÚDOS BÁSICOS	CARGA HORÁRIA
<p><b>Módulo 1</b></p> <p>ENCONTRO INICIAL DE FORMAÇÃO DOS CURSISTAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conferência: Trajetória do Movimento Nacional “Por uma Educação do Campo”.</li> <li>- Marcos Normativas da Educação do Campo: Resoluções, Portarias, Decretos;</li> <li>- Política Estatal para Educação do Campo: PRONACAMPO;</li> <li>- Apresentação do percurso formativa da Escola da Terra;</li> <li>- Fundamentos teóricos e metodológicas da Educação do Campo.</li> </ul>	<p>16 horas T/U</p>
<p><b>Módulo 2</b></p> <p>CÓDIGOS E LINGUAGENS – LÍNGUA PORTUGUESA E AS FORMAS PRÓPRIAS DE EXPRESSÕES DAS COMUNIDADES RURAIS E QUILOMBOLAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos de letramento e de alfabetização escolar: fundamentos epistemológicos, métodos de alfabetização, características, limites, possibilidades e condições de aprendizagem dos sujeitos do campo/quilombolas;</li> <li>- A linguagem enquanto manifestação específica da cultura dos sujeitos do campo/quilombola;</li> <li>- Conteúdos da língua oral e escrita: usos e formas. Alternativas metodológicas e didáticas para o ensino da língua portuguesa em escolas multisseriadas e/ou quilombolas;</li> <li>- O trabalho com as artes presentes na cultura camponesa e quilombola: conhecimento, valorização e alternativas pedagógicas de trabalho.</li> </ul>	<p>37 horas (20h T/U + 17hT/C)</p>
<p><b>Módulo 3</b></p> <p>LINGUAGENS MATEMÁTICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abordagens epistemológica (preliminares matemáticos e evolução histórica);</li> <li>- Etnomatemática: linguagens camponesas e quilombolas específicas</li> <li>- Didática: proposição de problemas e situações-problema; e concepções de conteúdos e conceitos matemáticos – nos campos dos Números e Operações, Grandezas e suas Medidas;</li> <li>- Geometria e Estatística – ensinados nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse estudo será realizado em estreita articulação com os princípios da Educação do Campo e das práticas em comunidades quilombolas</li> </ul>	<p>37 horas (20h T/U + 17hT/C)</p>

<p><b>Módulo 4</b></p> <p>CIÊNCIAS DA NATUREZA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidadania, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA) e o ensino de ciências da natureza em escolas multisseriadas do campo e quilombolas;</li> <li>- Articulação entre os saberes escolares estudados nos anos iniciais do ensino fundamental e os saberes camponeses/quilombolas de trabalho com a terra/solo, a água, os animais e as plantas, desde o cultivo até a extração consciente e autossustentável;</li> <li>- (Re)Produção e utilização de recursos didáticos, e atividades experimentais adaptadas às classes multisseriadas/quilombolas com aproveitamento e valorização do saber desenvolvido por elas ao longo do tempo.</li> </ul>	<p>37 horas (20h T/U + 17hT/C)</p>
<p><b>Módulo 5</b></p> <p>CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Democratização do acesso à terra e a luta pela reforma agrária;</li> <li>- Território camponês e quilombola: aspectos históricos e geográficos. Relação local/global, rural/urbano e cidade/campo;</li> <li>- Legislação e delimitação de comunidades quilombolas: luta, reconhecimento, direitos e deveres;</li> <li>- Concepções de campo, território e cultura camponesa e quilombola (Este estudo é voltado ao ensino nos anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase nas escolas multisseriadas do campo e quilombolas).</li> </ul>	<p>37 horas (20h T/U + 17hT/C)</p>
<p><b>Módulo 6</b></p> <p>ENCONTRO FINAL DE FORMAÇÃO DOS CURSISTAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conferência: A escola do campo: possibilidades de contribuição na emancipação dos povos do campo e quilombolas;</li> <li>- Apresentação e socialização das experiências desenvolvidas ao longo da formação nos pólos/comunidades integradoras;</li> <li>- Exposição dos materiais produzidos/desenvolvidos/utilizados durante a formação no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade nos pólos/ comunidades integradoras;</li> </ul>	<p>16 horas T/U</p>

### Equipe Administrativa e Pedagógica

PESSOAL ENVOLVIDO	
QUANTIDADE	FUNÇÃO
1	Coordenador-Adjunto
1	Professor Formador
1	Supervisor de Curso
5	Professor-pesquisador Formador
1	Professor-pesquisador Conteudista

### VI. CRONOGRAMA

Atividades/Subatividades	Período / mês
<b>Planejamento</b>	
1.1. Elaboração do projeto do curso.	05/2017
1.2. Tramitação e aprovação do projeto do curso na SECADI/MEC.	06/2017
1.3. Definição da coordenação do curso, equipe técnico-pedagógica, administrativa.	07/2017
1.4. Tramitação e aprovação do projeto do curso na Universidade.	08/2017
<b>Preparação</b>	
1.5. Articulação com parceiros (Secretaria estadual de educação e secretarias municipais).	5, 6 e 7/2017
1.2 . Estruturação de material didático.	7,8/2017
2.3. Processo seletivo	9/2017
2.4. Matrículas: primeira chamada	10/2017
2.5. Matrículas: segunda chamada.	10/2017
<b>1. Desenvolvimento</b>	
3.1. Evento de abertura/Início do Curso: I Encontro Escola da Terra	03/11/2017
3.2. Desenvolvimento do Curso: Encontros presenciais e tempo comunidade.	11/11/2017 a 03/2018
3.3. Relatório parcial (Form. SECADI).	02/2018
3.4. Encerramento do Curso: II Encontro Escola da Terra	03/2018
3.5. Encerramento	30/03/2018
<b>2. Finalização</b>	
4.1 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto	04/ 2018

### VII.CERTIFICAÇÃO

A Universidade Federal do Tocantins certificará os cursistas como concludentes do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra, perfazendo o total de 180 horas, em conformidade com as normas da UFT, conforme resolução Consepe já citada no item Metodologia deste projeto.

**VIII. QUADRO SIMPLIFICADO DE CUSTEIO****RUBRICA: 33.90.39 – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

<b>DIÁRIAS – PROFISSIONAIS</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Total de Profissionais</b>	<b>Total de diárias</b>	<b>Valor da DI</b>	<b>Valor Total</b>
<b>1</b>	Professor Pesquisador Formador( formação, reunião técnica, seminário e orientação) = 36 por formador	5	180	R\$ 177,00	R\$ 31.860,00
<b>2</b>	Coordenador Adjunto( acompanhamento, orientação e reunião técnica e seminário)	1	6	R\$ 177,00	R\$ 1.062,00
<b>3</b>	Supervisor ( acompanhamento, orientação e reunião técnica e seminário)	1	6	R\$ 177,00	R\$ 1.062,00
<b>4</b>	Professor Formador ( acompanhamento, orientação e reunião técnica e seminário)	1	6	R\$ 177,00	R\$ 1.062,00
<b>5</b>	Professor Conteúdistas ( 01 diária por turma)	1	5	R\$ 177,00	R\$ 885,00
<b>8</b>	Colaborador Eventual - ( Convidados e Palestrantes) ( 2 diarias por evento)	2	4	R\$ 177,00	R\$ 708,00
<b>9</b>	Motorista ( 3 X 1 X 6)	3	18	R\$ 177,00	R\$ 3.186,00
<b>Total:</b>		<b>11</b>	<b>225</b>	<b>R\$ 1.239,00</b>	<b>R\$ 39.825,00</b>

FORMAÇÃO E SEMINÁRIOS										
ALIMENTAÇÃO										
Itens	Profissionais	Qtd de Profissionais	SEMINARIO I	II MODULO	III MODULO	IV MODULO	V MODULO	SEMINÁRIO II	Qtd de Alimentação	Valor Total
			1 dia	3 dias	3 dias	3 dias	3 dias	1 dia		
1	cursitas	2.400	400	400	400	400	400	400	30,00	R\$ 72.000,00
2	Convidado	20	10					10	30,00	R\$ 600,00
										<b>R\$ 72.600,00</b>

FORMAÇÃO E SEMINÁRIOS										
PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES										
Item	Especificação	IDA		VOLTA		Total de Módulos	Total de Seminário	Qtd passagens	Valor (total ida e volta)	Valor (total ida e volta)
		Origem	Destino	Retorno	para origem					
1	Palestrante	Campina Grande	Brasília/Arraias	Arraias/Brasília	Campina Grande	0	1	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
2	Palestrante	Porto Alegre	Imperatriz/Tocantinópolis	Tocantinópolis/Imperatriz	Porto Alegre	0	1	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
4	Coordenador Adjunto (reunião Técnica - MEC)	Imperatriz	Brasília	Brasília	Palmas	0	0	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
									<b>R\$ 6.200,00</b>	<b>R\$ 6.200,00</b>



SERVIÇOS					
Item	Especificação	Qtd Itens	Informações	Valor dos Itens	Valor Total
1	Locação de espaço ( realização dos dois Seminários)	2		1.200,00	R\$ 2.400,00
					<b>R\$ 2.400,00</b>

SERVIÇOS					
Item	Especificação	Qtd Itens	Informações	Valor dos Itens	Valor Total
1	Aquisição de material de consumo para composição de kits, contendo canetas esferográficas, pastas, caderno de anotações, crachás.	200	KITS	42,00	R\$ 8.400,00
2	Aquisição de combustível - gasolina para deslocamento no acompanhamento das atividades do tempo comunidade.	3.600	LITROS	4,00	R\$ 14.400,00
3	Banner	4	Serão 4 Banners no total. 2 serão para o Encontro de Abertura, sendo um para Arraias-TO e outro para Tocantinópolis TO. 2 para o encontro de finalização do	110,00	R\$ 400,00

			evento, sendo 1 para Arraias-TO e outro para Tocantinópolis-TO		
4	Contratação de serviços gráficos e editoração para produção de livros para registro e distribuição com os resultados da ação Escola da Terra no Tocantins. Estes livros são, também, produtos das formações na Escola da Terra, cujos alunos e professores apresentação resultados dos trabalhos realizados sendo dois por cursista.	400	Os livros são 2 por cursistas = 400 livros	27,00	R\$ 10.800,00
	Total				<b>R\$ 34.000,00</b>
	<b>Total do Projeto</b>				<b>R\$ 155.025,00</b>

\* Preço médio do litro de combustível - gasolina no estado do Tocantins em 2017.

Obs.: Os itens serão adquiridos, bem como os serviços a serem prestados seguirão o disposto na Lei n.º 8.666/93, no qual institui normas para licitação e contratos da Administração pública.

**IX - REFERÊNCIAS**

ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; HAGE, Salomão. (Org.). **Escola do Direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, **Decreto nº 7.352/2010**, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 579/2013**, que institui a Escola da Terra. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 86/2013**, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº 8/2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF: CNE, 2012.

BRASIL, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**, que define Diretrizes Complementares para a Educação do Campo, Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que define Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer n. 01/2006**, que Analisa Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília, 2006.

CALDART, Roseli. **Educação em Movimento**. Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis, Vozes, 1997.

NÚCLEO DE PESQUISA EXTENSÃO E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – NUPEFEC/UFPE. **Projeto Político Pedagógico “Escola da Terra”**: Aperfeiçoamento. Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, 2014.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

VEIGA, José Eli da. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. **Cadernos do CEAM**. Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9-22.

**Prof. Maciel Cover**  
Coordenador do Projeto